

118 crianças já confiadas à família ou para adoção voltaram em 2024 para uma instituição

Das 157 crianças e jovens que reentraram no sistema, 118 estavam com os pais ou família alargada, em família adoptiva ou com uma pessoa próxima, segundo o relatório CASA.

Ana Dias Cordeiro

9 de Outubro de 2025, 7:00



Quando a reunificação familiar ou a adoção falham, "as crianças acham que a culpa é delas" MANUEL ROBERTO

O termo pode chocar, mas é utilizado por quem estuda e trabalha nesta área: quando uma criança volta a ser acolhida numa residência, depois de já ter sido confiada à família ou para a adoção, é "devolvida" ao sistema de acolhimento. A criança ou o jovem volta a estar numa situação de perigo e deixa a família biológica uma segunda vez. Com os pais adoptivos, a "devolução" acontece mais na adolescência. Uma coisa leva à outra: ao fim de longos anos à espera de uma família e, por serem mais crescidos, a devolução não desejada acontece com maior frequência a partir dos 12 anos.

No universo das 157 crianças e jovens que em 2024 voltaram a ser acolhidas numa instituição, 118 estavam junto dos pais ou de outros familiares, numa família adoptiva ou com uma pessoa próxima da criança e com condições para a acolher (designada por "pessoa idónea"). Significa que as crianças e os jovens que estavam antes integrados em família correspondem a 75% do total das reentradas.

Muito frequentemente, sentem esse desfecho como uma perda, um luto e uma rejeição. Mas não só. "Há um sentimento de culpa" pela integração familiar falhada, diz Joana Baptista, professora auxiliar de Psicologia Social e das Organizações e investigadora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, onde coordena os projectos na área da promoção e **protecção de crianças**.

"Algumas crianças acham que a culpa é delas, o que é um erro tremendo, porque não se portaram bem, em casa ou na escola, ou porque fizeram alguma coisa menos correcta. Outras percebem que a culpa não é delas, e ainda bem que percebem. Conseguem ver que aqueles pais não estão à altura de terem filhos como eles", acrescenta **João Pedro Gaspar**, fundador e presidente da PAJE – Plataforma de Apoio aos Jovens Ex(acolhidos), doutorado em Psicologia da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.



João Pedro Gaspar é doutorado em Psicologia da Educação pela Universidade de Coimbra e presidente da PAJE PAULO PIMENTA

Entre as que reentraram no sistema, 105 tinham 12 ou mais anos e 38 crianças tinham entre 6 e 11 anos. A reviver essa experiência, mais uma vez, estiveram também 14 bebés e crianças até aos cinco anos, de acordo com o *CASA – Caracterização Anual da Situação do Acolhimento 2024*, disponível desde Julho de 2025.

Este documento, elaborado pelos Institutos da Segurança Social do continente (ISS), Madeira e Açores, da Casa Pia de Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, retrata o acolhimento residencial ou **familiar**, e outras medidas transitórias aplicadas num contexto em que o projecto de vida poderá ser a reunificação com a família biológica, a adopção, o **apadrinhamento civil**, a autonomia de vida com ou sem supervisão.

Em 2024, segundo o relatório *CASA*, entraram no sistema de acolhimento 2151 crianças e jovens, menos do que os 2415 que tinham entrado em 2023. Além disso, **6349 estiveram acolhidos**, menos 97 relativamente ao ano anterior.

Em contraste, mais crianças e jovens tiveram uma medida de acolhimento familiar (mais 110 do que em 2023) ou de autonomização em apartamento de autonomia para preparação para a vida activa (mais 110 jovens a partir dos 15 anos do que no ano anterior).

Na origem da medida de acolhimento, esteve em primeiro lugar a negligência, com 44% das situações de perigo, seguindo-se a criança em abandono ou entregue a si própria (sem supervisão parental), com 17% das situações, a exposição a **violência doméstica** (8%) e o abandono ou absentismo escolar (8%) e as crianças e jovens estrangeiros não acompanhados (CJENA) à chegada a Portugal (7%), entre outros.

"Casos que nos preocupam"

Os números das reentradas no acolhimento têm-se mantido sem grandes oscilações nos últimos anos, bem como os números dos que estão, antes da reentrada, numa família (biológica ou não). Em 2024, houve 13 crianças e jovens que tinham sido confiadas a uma destas três opções: a pessoa idónea, a família de adopção na fase experimental (pré-adopção) ou à família numa adopção já decretada.

"São 13 casos que nos preocupam. Porém, do ponto de vista estatístico, sabemos que estas devoluções são raras, estas percentagens são relativamente baixas e estão em concordância com o que acontece nos sistemas de promoção e protecção noutros países. Mas obviamente que nos preocupam caso a caso", diz Joana Baptista.

"A reentrada é entendida para todas estas crianças como uma nova rejeição e vivida como uma perda", enfatiza a investigadora do Iscte-IUL, sem diferenciar o impacto quando a adopção já foi decretada das que ainda estão na fase da pré-adopção, em que a situação ainda não foi definitiva declarada definitiva pelos tribunais.

"Ambas as situações são problemáticas, se nos colocarmos no lugar da criança. É uma experiência de abandono", diz. "Dependendo da idade, há um entendimento diferente por parte da criança das causas da ruptura e daquilo que podem ser estes processos mais administrativos. Mas não deixa de ser uma relação por que esta criança esperava há muito tempo e que falhou", o que pode acentuar a crença "de que não ela não é merecedora de amor".



Como investigadora do ISCTE-IUL, Joana Baptista coordena projectos de investigação na área da protecção de crianças e jovens LUÍSA FERREIRA

A professora acrescenta que "as crianças que passaram por múltiplas transferências" ou de mudança entre famílias ou instituições "são aquelas que apresentam maiores dificuldades emocionais, com níveis mais elevados de tristeza e de desesperança, mais problemas de comportamento e dificuldades em estabelecer novas relações". Essa bagagem que transportam consigo vai dificultar a relação com a família adoptiva, desembocando assim num dos factores que estão na origem das devoluções.

Existem outros obstáculos. "Crianças mais velhas apresentam uma maior probabilidade de viverem esta devolução, crianças que permaneceram um **período de espera mais longo no acolhimento** até serem adoptadas e ainda as crianças com problemas de saúde mental e de comportamento." E aqui, volta atrás: "Os problemas de saúde mental nas crianças em acolhimento surgem mais naquelas que viveram este tipo de disrupções, como as reentradas numa casa de acolhimento" depois de uma reunificação ou de uma adopção falhada.

Os dados exactos de quantas vêm de uma adopção decretada ou de uma fase de pré-adopção não são divulgados em separado. "Por segredo estatístico, estes dados foram agrupados", por forma a evitar que as situações venham a ser identificadas por serem muito poucas, justificou o gabinete de imprensa do ISS.

Reacções distintas ao regresso

Entre os jovens colocados na família depois de um acolhimento, a reacção à reentrada no sistema nunca é a mesma, descreve João Pedro Gaspar. "Temos os que recebem essa decisão como uma bênção porque percebem que estão muito melhor na casa de acolhimento do que estão em casa com a família. Pelo menos têm refeições a horas e não há gritos nem pratos partidos à mesa", diz. "Mas ficam frustrados porque sentem que os pais não estiveram à altura de exercer a parentalidade sobre eles", acrescenta.

"E temos os que ficam muito zangados com o sistema. Porque apesar daquele modo de vida dos pais, mais ou menos caótico, e mesmo com todos os problemas, habitua-se e não querem ser afastados da família. Não censuram os pais pensando que não fizeram o suficiente para eles voltarem. Estes nunca diabolizam os pais. Mas repudiam a situação e dizem: 'Há demasiados doutores a decidirem a minha vida.' A expressão é deles. Acham que o sistema é que não permite que sejam felizes, mesmo daquela maneira mas perto dos pais."

A medida que coloca a criança de novo na família biológica "muitas vezes corre mesmo bem", continua João Pedro Gaspar. "Vamos acreditar que essa medida foi tomada com ponderação. Mas nunca sabemos quando há um retrocesso", diz. "O álcool volta a estar presente ou voltam outro tipo de consumos, ou a prostituição, ou a violência doméstica que durante algum tempo deixou de existir", exemplifica.

"Foi dada uma oportunidade à família, mas o factor de risco reapareceu. Isso acontece, ao fim de algum tempo, depois de a família começar a demonstrar interesse na escola dos filhos e melhores competências parentais. Ou porque durante as visitas na casa de acolhimento, nas idas da criança a casa aos fins-de-semana e nas férias, tudo indicava que as coisas estavam finalmente orientadas", diz João Pedro Gaspar.

O bom exercício da parentalidade também pode ser posto à prova com circunstâncias imprevistas. Pode ser a perda de emprego ou a doença de um familiar, exemplifica a investigadora. São provações que testam a resistência de pais ou mães "com pouco suporte". "Estas famílias reúnem factores de risco acumulados" e vão deparar-se com "uma ausência de recursos para as apoiar em momentos de crise".

Acompanhar as famílias

"Daí a importância do acompanhamento das famílias no pós-reunificação e que, para algumas, deverá ser um acompanhamento prolongado mesmo se o objectivo é que se tornem autónomas", continua. "O sistema de promoção e protecção também precisa dos recursos que estão na comunidade, nomeadamente ao nível da saúde e da saúde mental. E por vezes estes recursos, que são ferramentas essenciais para o suporte destas famílias, também escasseiam, designadamente as respostas na área da saúde mental."

Como evitar este desfecho sentido como um fracasso por todos – crianças, famílias e o próprio sistema de protecção? Joana Baptista recomenda, por exemplo, que sejam criados protocolos de avaliação mais compreensivos e informativos para os profissionais tomarem decisões seguras sobre o futuro das crianças.

Igualmente em falta, diz a investigadora, está o acompanhamento das famílias mais prolongado no tempo, e não apenas durante o período em que a criança está numa **residência de acolhimento** à espera que a situação dos pais se resolva. "A intervenção tem de se prolongar para lá do momento da reunificação. Os profissionais têm de poder identificar sinais de perigo" sabendo que "a reunificação pode falhar", acrescenta.

"Esta ideia de que o amor é suficiente... O amor é muito importante, mas não é suficiente. Tem de ser acompanhado por uma intervenção junto das crianças e das famílias que possa ser terapêutica, e de um acompanhamento dos desafios que [os pais] vão encontrando na sua parentalidade."